CIDADANIA E AUTORIDADE

A Polícia Militar é a organização que exerce a força policial do Estado. Por isso, está sujeita a dois tipos de controles: os externos, de ordem institucional, e os internos de ordem hierárquica.

A Instituição, integrada à estrutura de poder do Estado, detém uma parcela desse poder, destinada por mandamentos constitucionais e legais ao exercício da polícia ostensiva e à preservação da ordem pública.

Pela sua capacidade de intervir prontamente no contexto social, que se deve à sua característica de força pública armada, a Polícia Militar sujeita-se a um rígido controle institucional, a cargo dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público, sem prejuízo da fiscalização feita pelo cidadão comum no exercício dos seus direitos.

Instituída pela lei, incumbe à PM agir estritamente dentro dos limites da legalidade, afastando o risco de se tornar uma verdadeira espada a pairar sobre a cabeça dos cidadãos, arvorando-se no papel de supremo juiz da legitimidade dos fatos sociais, do certo e do errado, condição incompatível com o Estado Democrático de Direito.

Internamente, há um rígido controle hierárquico, com vistas ao uso do poder nos diversos escalões, fazendo cumprir os princípios da legalidade, finalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, motivação e interesse público. O escalonamento hierárquico e a atuação disciplinar a partir das diretrizes do Comandante Geral, ambos com o objetivo de evitar vícios de excesso de poder, são garantias para a sociedade. Ressalte-se: que a hierarquia e a disciplina não são necessárias só para sustentar o controle administrativo dos atos dos membros da força, mas também permitem a eficiência operacional.

O emprego tático de seus quadros nas missões de policiamento e, principalmente, em missões críticas e perigosas de repressão - ou, ainda, em caso de desastres e de calamidades públicas - exige ação de comando efetiva e pronta e eficiente resposta do subordinado, qualquer que seja o escalão

Como toda instituição pública, a Polícia Militar redistribui sua competência legal entre seus cargos e, conseqüentemente, entre seus membros, redistribuindo também a correspondente parcela de poder indispensável ao exercício funcional dos policiais militares. Essas são a natureza e a finalidade da autoridade deles.

Ao ser investido na função pública, o policial assume o compromisso de servir à comunidade. É a razão de ser do seu cargo, da Instituição e do próprio Estado, criados pelo povo para exercer o poder em seu nome, como instrumento de consecução do bem comum.

A natureza da função policial é a de múnus público, ou seja, de encargo da defesa dos interesses da coletividade, não lhe cabendo o direito de deixar de cumprir os deveres que a lei impõe.

A autoridade necessária à atuação funcional do policial não é um atributo pessoal, mas do cargo ou da função. Não é, pois, privilégio, e sim meio de impor a vontade da lei e as decisões da Administração. É vedado usá-la com intuito pessoal, abusar de sua situação, agir de forma arbitrária ou desonesta.

Ao contrário, o exercício da autoridade é mesmo um dever, condicionado à necessidade de impor aos membros da comunidade uma conduta compatível com a ordem jurídica, condição de paz e tranquilidade públicas.

Mas todo esse entendimento de doutrina jurídica não significa que o cidadão será sempre colocado na situação de paciente das ações policiais.

É justamente para demonstrá-lo que a Instituição, obediente às diretrizes de governo, está implementando a polícia comunitária, na qual o cidadão passa à condição de agente. Ele participa da condução da força; interage para que o trabalho policial tenha êxito e não se exceda. É também um controle externo legítimo e próprio da cidadania.

Por outro lado, quando esse mesmo cidadão for parte em uma ocorrência ou sofrer a ação policial, deverá ter a consciência da importância do trabalho da polícia, não se opondo a ele e sim acatando-o, ainda que isso lhe traga o desconforto de revista pessoal ou apresentação de documentos, atos imprescindíveis à segurança pública.

O conceito de cidadania em face da polícia passa, necessariamente, pela discussão desses dois papéis que cabem a cada cidadão.